

Fronteiras como desafio histórico para o Exército: da geopolítica de Mário Travassos à Defesa do território brasileiro na primeira metade do século XX

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO

Este ensaio investigou parte da documentação produzida pelo Exército, que revela a posição institucional sobre a política de fronteiras do Estado brasileiro para a América do Sul, procurando identificar, nesses documentos, construções históricas e políticas sobre as tensões fronteiriças, na primeira metade do século XX. O ensaio reforça ainda que, além de conflitos como a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, ocorriam tensões políticas estabelecidas entre o Brasil e a Argentina por conta da rivalidade tradicional e da disputa pelo controle do poder regional. A pesquisa, pautada nos argumentos teóricos estabelecidos pela geopolítica de Mário Travassos ajudou, também, a demonstrar que os militares brasileiros do período foram os principais responsáveis pela intervenção da região Norte e do Centro-Oeste brasileiro considerando, para este propósito, a ocupação territorial e o controle dos limites terrestres, para manutenção da soberania nacional.

Palavras-chave: Fronteiras; Geopolítica; Exército Brasileiro.

ABSTRACT

This essay investigated some of the documentation produced by the Army, revealing the institutional position on the border policy of the Brazilian State for South America, and seeks to identify, in these documents, historical and political constructions on border tensions in the first half of the twentieth century. The essay also reinforces that, in addition to conflicts such as the Chaco War, between Bolivia and Paraguay, there were political tensions established between Brazil and Argentina due to the traditional rivalry and the dispute for control of regional power. The research, based on the theoretical arguments established by the geopolitics of Mário Travassos, also helped to demonstrate that the Brazilian military of the period were the main responsible for the intervention of the North and the Brazilian Midwest considering, for this purpose, the territorial occupation and the control of land limits, for the maintenance of national sovereignty.

Keywords: Borders; Geopolitics; Brazilian Army.

* Pós-Doutor em História Política, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

Sumário Executivo

Neste ensaio analisa-se parte da documentação produzida pelo Exército brasileiro, que revela a posição institucional com relação às fronteiras na América do Sul, na primeira metade do século XX, procurando identificar nesses documentos construções históricas e políticas sobre as tensões fronteiriças. A investigação, pautada nos argumentos teóricos estabelecidos pela geopolítica de Mário Travassos ajudou, também, a demonstrar que os militares brasileiros do período foram os principais responsáveis pela intervenção nas fronteiras considerando, para este propósito, a ocupação territorial e o controle dos limites terrestres, para manutenção da soberania nacional.

Com relação aos procedimentos metodológicos, este ensaio utilizou alguns documentos impressos e manuscritos da série Ministério da Guerra e Estado Maior do Exército (EME), da primeira metade do século XX, além do relatório¹ do general Waldomiro Castilho de Lima, inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares, que se encontra no Arquivo Histórico do Exército. Introduzem-se, dessa forma, na pauta da discussão, os interesses políticos dentro de uma instituição pública com projeção política na vida republicana do Brasil, mas, fundamentalmente, analisa-se o interesse institucional na ocupação do espaço como forma de defesa das fronteiras, e da manutenção da soberania do Estado.

Na análise desses documentos produzidos pelo Exército brasileiro, identificam-se interesses geopolíticos que marcaram a visão dos militares brasileiros da época, acerca das tensões na América do Sul, dos interesses relacionados à disputa de poder regional, da rivalidade tradicional do Brasil com a Argentina, e mais especificamente, sobre a preocupação com a vigilância das fronteiras. O que se percebe é que a documentação sobre conflitos armados, articulada a outros documentos sobre estudos de fronteiras e do território, produzidos na instituição está formando um mosaico, que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados. O relatório do general Waldomiro além de analisar a Guerra do Chaco (1932-1935), aproveita o momento político tenso para defender a reorganização das tropas brasileiras (Exército e Marinha) nas fronteiras oeste, principalmente, na área próxima a guerra, por conta do que ele define como: *perigo de violação do nosso território pelas contingências das operações entre os beligerantes*. Defende, também, o aumento do efetivo, o aumento do material empregado pela tropa (artilharia e aviação), e a criação de serviços especiais (aprovisionamento, saúde e transporte), que garantam a eficiência, a vigilância e impeçam que os beligerantes utilizem o território brasileiro como base de operações militares. O general Waldomiro conclui o estudo enfatizando a importância estratégica da presença militar, na organização da defesa terrestre e manutenção da soberania nacional. Faz um apelo para que o governo dê preferência ao melhoramento das condições de defesa, através da revisão do armamento utilizado, do aumento do efetivo, e da dotação de oficiais com melhor preparo profissional, mais adequado àquela realidade, de forma que possa reforçar o sistema de defesa, na região. Essa passagem reflete bem os problemas relacionados à dificuldade no complemento de pessoal em áreas inóspitas, consideradas localidades de difícil acesso para o poder público e para a sociedade que vive nas áreas mais desenvolvidas do litoral brasileiro. A precariedade do desenvolvimento urbano na região, o predomínio do aspecto rural, limitava a criação de estratégias de atração a todo tipo de funcionário público, entre eles, os militares, que também se enquadram nessa modalidade.

¹ Brasil. *A Questão do Chaco Boreal* (Estudo Sigiloso). Rio de Janeiro: Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, 1934.

Geopolítica e Fronteiras

Os estudos aqui apresentados foram embasados pela análise do papel histórico das Forças Armadas como instituições políticas de Estado utilizadas em intervenções; pela influência da geopolítica no pensamento político-militar; e pelas tensões envolvendo a ocupação histórica dos territórios sul-americanos. Se existe uma região mundial na qual o tema discutido aqui pertence às grandes narrativas, e assim às disciplinas importantes da pesquisa histórica, das Ciências Sociais e, sobretudo, da Geografia, são sem dúvida as Américas, por conta da sua complexa formação. Até porque, a exploração e o desenvolvimento, sobretudo na Argentina, no Chile e no Brasil, tornaram-se o instrumento essencial de colonização, de segurança, da defesa, da valorização econômica dos espaços vazios e de controle da população do interior.

No caso brasileiro, até a primeira metade do século XX, o principal foco regional de preocupação em relação ao desenvolvimento da fronteira agrária e às tensões políticas concentrava-se no sul do continente (leia-se Argentina), ou no centro-oeste (leia-se Bolívia e Paraguai). Na segunda metade do século XX, os focos regionais de tensão foram deslocando-se para os extensos territórios da Amazônia, ao norte do continente.

O que percebemos é que uma vasta documentação investigada sobre fronteiras, território e conflitos armados, produzida no Exército brasileiro, está ajudando a formar um mosaico, que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados, produzidos sob a influência de pensamento político de intelectuais nacionais e estrangeiros, os quais influenciaram gerações e épocas importantes da história brasileira. Nesse contexto, a geopolítica parece ter sido o campo do conhecimento que mais agiu sob os interesses políticos e militares ligados aos estudos de fronteiras, do território e da defesa.

Para o internacionalista português Freitas (2004, p. 12-13), a geopolítica

produzida no Brasil durante os anos 1920 e 1930 deve ser incluída numa tradição histórica de defesa da soberania e expansão territorial, com raízes nas atividades de Alexandre de Gusmão, durante os trabalhos realizados na defesa do Tratado de Madri, de 1750. Ao tratar dos modernos precursores do pensamento geopolítico brasileiro, Freitas corrobora com a formulação de Miyamoto², que divide a evolução do pensamento geopolítico brasileiro em cinco fases temporais e insere a geopolítica de Mário Travassos na primeira fase, relativa aos estudos pioneiros realizados nos anos de 1920 e 1930, quando a geopolítica começou a ser sistematizada³.

Para entender o interesse político do Estado brasileiro nos conflitos regionais da primeira metade do século XX, é importante analisar o pensamento geopolítico de Mário Travassos, formado ao longo da sua carreira militar, e refletir sobre suas obras produzidas. A principal obra, intitulada *Projeção Continental do Brasil*, de 1935, apresenta a política interna brasileira indissociável de uma política continental. A obra foi inicialmente tratada em um ensaio intitulado *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, editado em 1931. O que se percebe é que o pensamento de Travassos influenciou diretamente na formação da geração de militares que produziram e renovaram conhecimento teórico sobre geopolítica no Brasil, do pós 2ª Guerra Mundial, desde o coronel Golbery do Couto e Silva,⁴ até o general Carlos de Meira Mattos,⁵ que

²MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica – poder e relações internacionais. *Revista A Defesa Nacional*, 712, Mar-Abr, 1995.

³ Segundo Freitas (2004, p. 13), para o internacionalista Shiguenoli Miyamoto no artigo publicado em 1995, a primeira fase da evolução do pensamento geopolítico brasileiro abrange os estudos pioneiros realizados nas décadas de 1920 e 1930.

⁴ SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

⁵ MEIRA MATTOS, Carlos de. *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980; MEIRA MATTOS, Carlos de. *A geopolítica as projeções de poder*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1977; *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975. MATTOS, Carlos de.

basearam suas análises acerca da América do Sul, no antagonismo entre Bacia do Prata e Bacia Amazônica, tal como foi definido no livro *Projeção Continental do Brasil*.

A obra do então capitão do Exército Mário Travassos, influenciada pela Escola francesa de Geografia (Possibilismo); pelos trabalhos do geógrafo Halford John Mackinder (teoria geopolítica e estratégica do poder terrestre), membro da Real Sociedade Geográfica de Londres; e pela Escola alemã de Friedrich Ratzel (Determinismo Geográfico), tem por objetivo fundamentar a posição do Brasil na América do Sul e sinalizar os rumos de uma política externa capaz de guiar o Brasil a uma posição de hegemonia regional, superior a da Argentina. Travassos transpôs o conceito mackinderiano de heartland para os altiplanos bolivianos, em que se dava a hegemonia de Buenos Aires, que ainda detinha a vantagem da situação geográfica em relação à extensa Bacia do Prata.

O pensamento de Mário Travassos sistematiza os interesses de poder do Estado brasileiro, nos anos 1930 e 1940, e as relações do Brasil com a Argentina. O discurso nacional-desenvolvimentista alerta para três problemas que o Estado brasileiro deveria ficar atento: a emergência de potências rivais como a Argentina e os Estados Unidos da América; a vulnerabilidade dos países limítrofes da América do Sul, em especial, o caso da Bolívia, cujo planalto era considerado geograficamente contínuo ao estado do Mato Grosso; e a falta de organização nacional em relação aos desafios anteriores apontados. O debate de Travassos está contextualizado com o esforço de integrar o território brasileiro, aproveitando seus recursos hídricos e econômicos, principalmente em áreas consideradas vulneráveis, como Foz do Iguaçu e a Bacia Amazônica.

No contexto da disputa de poder do continente sul-americano, a obra de Travassos identifica uma Argentina melhor estruturada economicamente e que possui outras

vantagens em relação ao Brasil, como a bem organizada rede de transportes. No entanto, o tamanho do território brasileiro e a possibilidade de influenciar outros países, deveriam ser observados como fatores essenciais para a organização de uma qualificada e diversificada rede de transportes, com uma rede fluvial na bacia do Amazonas, uma rede fluvial na bacia platina, um sistema ferroviário e um sistema aéreo em toda extensão do território nacional.

Foi dentro desse projeto político nacionalista, que o livro de Mário Travassos contribuiu para o desenvolvimento dos estudos geopolíticos, em face aos seus debates em torno da construção do Estado nacional. Travassos (1935, p. 186) propõe como estratégia levar o debate político e o desenvolvimento econômico para o interior do Brasil, aumentando o fator demográfico, para diminuir o vazio populacional dos sertões brasileiros.

Podemos inserir nesse debate a importância dada à potencialidade do papel dos portos marítimos, na condição de elemento de integração do conjunto continental, do litoral ao sertão norte e centro-oeste do Brasil. Como exemplo, Travassos cita o caso da Bolívia, país localizado na fronteira oeste com o Brasil e centro geográfico do continente sul-americano, que estava estrategicamente dividido entre a necessidade de ter um porto no oceano Pacífico ou outro no oceano Atlântico. A decisão poderia resultar no aumento da instabilidade regional, pois, no caso de um conflito bélico, haveria o aumento das tensões políticas entre Brasil e Argentina, nações que disputavam a hegemonia política sul-americana. (TRAVASSOS, 1935, p. 64)

No contexto desse debate e no estudo das condições geográficas da América do Sul, Travassos analisa o potencial estratégico e econômico do triângulo formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre, como uma alternativa para limitar as vantagens do acesso viário a bacia platina, e por localizar-se no limite do estado brasileiro do Mato Grosso, região central do continente (TRAVASSOS,

1935, p. 4). Na opinião de Travassos, somente o controle desse triângulo geopolítico permitiria a neutralização efetiva da superioridade dos países da Bacia do Prata e, naturalmente, a hegemonia da Argentina sobre a região central da América do Sul e sobre os estados periféricos formados pelo Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Como se pode observar, para Mário Travassos, o país da América do Sul que conseguisse controlar esse ponto estratégico poderia manobrar com a dinâmica econômica da região, e dominaria o poder continental da região. Para o autor, a cidade de Santa Cruz de La Sierra seria o polo de convergência das influências amazônicas e platinas; a cidade de Cochabamba o polo de influência andina e também sujeita a atrações amazônicas; e a cidade de Sucre o centro das influências platinas.

2. Estudos de Fronteiras

Por isso a necessidade de abrir espaço nesse momento para discutir as nossas fronteiras com a América do Sul, pois no Brasil, trabalhar com a temática fronteira-limite, com sua divisão natural ou artificial, foi, durante longo tempo, discutir espaço, fruto da produção bibliográfica baseada na história tradicional. Autores clássicos produziram suas obras, a partir da ideia de um estado nacional e continental. Nessa perspectiva, inserem-se as produções historiográficas sobre os grandes personagens de uma história da pátria, sobre o bandeirantismo, sobre o personagem do Barão do Rio Branco, estudos que olhavam para um Brasil estruturado no século XIX e ampliado no início do século XX. O espanto e a admiração dessa produção estariam atrelados, pela historiografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no ministério das Relações Exteriores, a fatores considerados então fundamentais ao Estado brasileiro: a extensão do território nacional e a sua unidade política, além do papel político e militar desse Estado, seja no

tempo do domínio português, ou no tempo do Brasil independente. O dimensionamento do processo de formação das fronteiras estaria articulado a esses agentes, que deteriam conhecimento implícito da formação de uma futura nação continental.

Neste sentido, as investigações sobre fronteiras enfatizavam questões sobre a posse de terras e as ações dos Estados na definição dos limites acordados pelos tratados internacionais. Por outro lado, na direção contrária a essa tendência, uma bibliografia atualizada passou a utilizar novos conceitos como: porosidade, circulação de ideias, e a sua articulação com as dinâmicas sociopolíticas locais. A operacionalidade desses conceitos permite entender melhor sobre as investigações atuais sobre fronteiras, na medida em que sua definição ultrapassa as questões exclusivamente territoriais e cartográficas, ou de políticas de Estado. Uma importante contribuição é a análise a partir da lógica da porosidade territorial, que considera o comportamento dos fluxos fronteiriços como consequência da atual conjuntura globalizante. As chamadas “cidades gêmeas” (entre elas cito o caso de Letícia e Tabatinga) são o objeto principal dessa abordagem, talvez pelo menor esforço que é despendido pela comunidade acadêmica para uma efetiva observação desse fluxo de pessoal e material no modal terrestre através da fronteira.⁶

3. A República e a consolidação das fronteiras brasileiras

No Brasil, durante a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945), a temática de preocupação era fronteira-limite, tanto que, uma das primeiras ações realizadas pelo Estado foi dar continuidade ao projeto de integração do litoral com o interior, através da construção de linhas telegráficas; e, a segunda foi ratificar/retificar a demarcação dos limites terrestres através de Inspeções de Fronteiras.

⁶ EUZÉBIO, 2014, pp. 109-124.

Havia consenso político e militar de que uma das vulnerabilidades brasileira, no início do século XX, ainda era a pouca penetração do Estado no interior do Brasil, com uma grande concentração populacional no litoral e o predomínio de vazios demográficos no interior. Ocupar o interior era, ainda, uma das prioridades do Estado brasileiro, considerada obra de maior importância para a segurança nacional.

No ano de 1927, o presidente da república do Brasil, Washington Luis Pereira de Sousa determinou ao Ministro da Guerra que fossem realizadas a inspeção das fronteiras do Brasil até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo nomeado Inspetor de Fronteira, o General de Divisão, Cândido Mariano da Silva Rondon. A inspeção tinha por objetivo percorrer toda linha de fronteiras terrestres do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Por conta da Revolução de 1930, no Brasil, as inspeções foram finalizadas na cidade de Urucum, no Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia.

O reconhecimento das fronteiras brasileiras no Norte e Centro-Oeste se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território. A intervenção cultural nos grupos indígenas foi o complemento desse processo de integração do litoral ao interior, sendo essa etapa passo importante para a manutenção e controle da região.

A Primeira República no Brasil foi um momento de extrema importância para a nossa história política e para o desenvolvimento das nossas relações internacionais, principalmente, com a consolidação do território e o controle das fronteiras Norte e Centro-Oeste. Em 1936, em um estudo relativo aos dispositivos constitucionais que regeriam as questões limítrofes da próxima fase do governo Vargas (Estado Novo), o

general Pedro Aurélio Góes Monteiro colocava:⁷

As fronteiras, além de suas funções políticas e econômicas têm aspectos militares predominantes. São partes do território que devem existir sob um regime especial para evitar que se desnacionalizem e venham a se desprender do sistema nacional para cair na órbita de sistemas econômicos, sociais e políticos das nações vizinhas.

Nesse momento, ao estudar as fronteiras a partir de interesses geopolíticos regionais, ampliamos nossa visão histórica, e confirmamos as tensões políticas que se estabeleceram entre o Brasil e a Argentina devido à rivalidade tradicional e à disputa pelo poder na América do Sul. O resultado desse ensaio abre espaço para entender, a partir da análise geopolítica, o projeto político e militar do Estado brasileiro para as fronteiras, na primeira metade do século XX.

4. Analisando documentos institucionais

Na análise de alguns documentos produzidos pelo Exército brasileiro na primeira metade do século XX, foram identificados dados geopolíticos que marcaram a visão dos militares brasileiros da época, acerca das tensões políticas na América do Sul, dos interesses relacionados à disputa de poder regional, da rivalidade tradicional, e mais especificamente, sobre a preocupação com a vigilância das fronteiras. O que se percebe é que a documentação sobre conflitos armados, articulada a outros documentos sobre estudos de fronteiras e do território, produzidos na instituição, está formando um mosaico, que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados, produzidos sob a influência de pensamentos políticos de intelectuais nacionais e estrangeiros, os quais influenciaram gerações e épocas importantes da história sul-

⁷ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Acervo Vigilância da Faixa de Fronteiras. Volume III. *Dispositivos Constitucionais* (Estudos). Rio de Janeiro: EME, 1936.

americana. Nesse contexto, a geopolítica foi a ciência que mais agiu sob os interesses políticos e militares ligados aos estudos de fronteiras, do território e da defesa.

Com relação à análise dos documentos produzidos pelo Exército, a base dessa investigação foi o estudo sigiloso *A Questão do Chaco Boreal*, de 1934, produzido pelo general Waldomiro. O objetivo foi tentar entender a produção desse *corpus* documental, parte de uma coleção maior, que estão guardados no Arquivo Histórico do Exército, no contexto de produção de informações militares e diplomáticas de interesses estratégicos para tomada de decisões relacionadas à defesa nacional das fronteiras brasileiras. Documentos que foram produzidos sobre sigilo de informação, com a intenção de limitar o acesso.

Quando iniciou os principais conflitos na América do Sul, nos anos 1930 (Guerra do Chaco e Questão Letícia), a seção de informações do Estado-Maior do Exército redobrou esforços e procurou focalizar, principalmente, no aspecto militar, sem deixar de observar, no entanto, a situação diplomática regional. Pela falta de adidos militares nos países em conflito, que são os agentes político-militares qualificados pela sua natureza técnica para colher informes, foi difícil obter informações mais precisas do teatro de operações, necessárias para produzir documentos mais verídicos possíveis, que fundamentassem a decisão do Estado brasileiro em relação à defesa do território.

Sobre a Argentina, destaca-se no estudo do general Waldomiro o interesse na produção de informações sobre os aspectos econômicos e comerciais, seguidos da avaliação dos aspectos geográficos e do debate da questão relacionada à influência militar da Argentina no Paraguai. O general Waldomiro destaca a presença de diversas empresas, fazendas e estabelecimentos comerciais argentinos, que ocuparam uma grande parte do território próximo às fronteiras brasileiras, sendo apoiados por interesses paraguaios, por conta dos investimentos e geração de empregos. Esse

debate não era novo, pois em 1922, dentro do contexto da política de vigilância das fronteiras, o EME já discutia sobre a cessão de terras nessas áreas, pelo estado do Mato Grosso, a empresas estrangeiras. O caso mais interessante é sobre a tensão envolvendo a venda de terras, em frente ao Forte de Coimbra, para a empresa argentina “Matte Laranjeira”, considerada pelos militares um obstáculo à defesa, pois além de ocupar vasta extensão de terras à margem esquerda do rio Paraguai, nos limites com a Bolívia e o Paraguai, numa área considerada de segurança nacional, a empresa só empregava em seus quadros funcionários argentinos e paraguaios.

Com relação ao Brasil, o número de páginas produzidas no relatório do general Waldomiro aumenta consideravelmente, levando em conta a dinâmica política do momento e os interesses em produzir informações que sustentariam as decisões do Estado. O estudo é constituído de informações do campo geopolítico, das relações comerciais, e das relações diplomáticas. O general destaca nos aspectos geográficos, as relações tensas nas fronteiras entre a Bolívia e o Paraguai, por conta da fragilidade nas definições limítrofes e do reconhecimento internacional.

Realçamos, no estudo, a definição real da situação política do Brasil, em relação à Bolívia, e ao Paraguai. Essa definição é marcada pelo posicionamento pró-Bolívia, apesar de tentar marcar o discurso, com o tom da condição de neutralidade, que caberia aos países que não estavam envolvidos diretamente com a guerra. A Bolívia é tratada como aliada dos interesses diplomáticos relacionados à manutenção das fronteiras definidas e reconhecidas internacionalmente, além dos interesses comerciais existentes. O Paraguai aparece no texto como um potencial inimigo das questões de fronteiras, que, apesar do discurso fraternal divulgado, poderia facilmente mudar seu posicionamento, com relação aos limites consagrados pela diplomacia brasileira. O general Waldomiro cita o caso da imprensa de Assunção, e a circulação de informações

obtidas nos livros didáticos adotados nas escolas paraguaias, contra o que poderíamos chamar de imperialismo brasileiro. Nas publicações escolares, o Brasil teria anexado parte do território paraguaio, após a guerra da Tríplice Aliança.

Outro ponto de tensão no estudo reforça a tese de disputa de poder regional, ao identificar a Argentina, junto com o Paraguai, como agentes de futuras complicações diplomáticas relacionadas, a uma provável invasão do território brasileiro do Mato Grosso. Para este caso, o autor utiliza como exemplo, a já citada empresa Matte Laranjeira, localizada na região fronteira ao Paraguai, que empregava um grande número de paraguaios, em condições de serem mobilizados pelo Exército de seu país de origem. Essa ação constituía assim, um grave ato atentatório à neutralidade brasileira e prejudicial às relações diplomáticas com a Bolívia. O general Waldomiro definiu a companhia de Matte Laranjeira como empresa perigosa aos interesses da Defesa Nacional na região, no caso do surgimento de conflitos militares na fronteira oeste.

O general Waldomiro aproveita o estudo e o momento político tenso para defender a reorganização das tropas brasileiras (Exército e Marinha) nas fronteiras oeste, principalmente, na área próxima ao conflito, por conta do que ele define como: *perigo de violação do nosso território pelas contingências das operações entre os beligerantes*. Defende, também, o aumento do efetivo, o aumento do material empregado pela tropa (artilharia e aviação), e a criação de serviços especiais (aprovisionamento, saúde e transporte), que garantam a eficiência, a vigilância, e que impeçam os beligerantes de utilizarem o território brasileiro como base de operações militares.

O autor conclui seu relatório enfatizando a importância estratégica do Forte Coimbra na organização da defesa terrestre e manutenção da soberania nacional. Faz um propagandístico apelo para que o governo dê preferência ao melhoramento das condições de defesa, através da revisão do armamento utilizado, do aumento do efetivo, e da dotação

de oficiais com melhor preparo profissional, mais adequado àquela realidade, de forma que possa reforçar o sistema de defesa, no rio Paraguai, executado pela guarnição do Forte. Essa passagem reflete bem os problemas relacionados à dificuldade no recompletamento de pessoal, em áreas de fronteiras inóspitas, consideradas localidades de difícil acesso para o poder público e para a sociedade que vive nas áreas mais desenvolvidas do litoral brasileiro. A precariedade do desenvolvimento urbano na região, o predomínio do aspecto rural, limitava a criação de estratégias de atração a todo tipo de funcionário público, da esfera federal, entre eles, os militares, que também se enquadravam nessa modalidade.

5. Reflexos para o Brasil

Em 12 de março de 1935, quando o Estado Maior do Exército produziu a *Synthese das Informações Colhidas Sobre a Guerra Boliviano-Paraguaya, no Chaco Boreal, e Seus Antecedentes*, foi registrado no documento, algumas reflexões, que deveriam ser debatidas no Alto Comando, como consequência do término da Guerra.

Entre essas reflexões podemos destacar que a maioria dos objetivos paraguaios foi conseguida por conta da sua vitória no conflito, independente das recomendações de um organismo internacional como a Sociedade das Nações, pois no fim, o que prevaleceu foram os interesses do Estado vencedor. Entre esses objetivos houve a expulsão dos bolivianos, de todo o território em disputa do Chaco Boreal.

Outros objetivos foram conquistas parciais, como foi o caso da aquisição dos poços petrolíferos existentes nos Departamentos bolivianos fronteira, que já eram frequentados por paraguaios há bastante tempo.

Embora a descoberta de jazidas de petróleo, na Bolívia, ocorresse no século XIX e muitos empresários recebessem concessões para explorá-lo, a operação dos primeiros

poços, na bacia do Bermejo, só começou por volta de 1925, depois que a *Standard Oil of New Jersey* comprara as áreas dos empresários norte-americanos Richmond Levering, e William Braden / Spruille Braden. A *Standard Oil*, até aquela data encontrara petróleo em nove poços dos vinte e um perfurados e a Bolívia solicitou à Argentina autorização para construir em seu território, dois oleodutos, um dos quais desde Mirtle, à margem do Bermejo, até a estação ferroviária de Embarcación, e o outro, o principal, partindo da Yacuiba até o porto de Formosa, Santa Fé ou Campana, sobre o rio Paraná. O Presidente Hipólito Yrigoyen não a concedeu e havia suspeita de que tal negativa se deveu à influência da *Royal Dutch-Shell* e dos interesses britânicos, prevalecentes em Buenos Aires. Entretanto, o que efetivamente determinou foi a política, que o General Enrique Mosconi, Presidente da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), tratava de desenvolver, visando à completa nacionalização do petróleo na Argentina. A atitude da Argentina, deixara à Bolívia como alternativa tentar obter, pelas armas, uma saída através do Chaco, no rio Paraguai, sobretudo quando o Presidente Daniel Salamanca e as autoridades militares imaginaram que ela possuía imensas reservas de petróleo, capazes de abastecer o mundo e de fazê-la superar seu atraso econômico. Na verdade, as pesquisas pareciam assegurar a existência de extensos lençóis de petróleo junto ao lago Titicaca, em grande parte do Departamento de Cochabamba e, sobretudo, em uma curva, que desde os limites com o Peru aos 13° de latitude, seguia do Oeste ao Leste, desviando-se para o Sul até alcançar o meridiano 63, onde a formar um ângulo, tomava a direção Norte-Sul e atravessava a fronteira da Argentina.

A leste do meridiano 63, uma zona disputada do Chaco Boreal, nada indicava, a existência de petróleo, como no Paraguai se imaginava. A *Standard Oil* sabia que pequena era, se realmente havia, o fundamento para tal esperança e considerava mesmo improvável encontrá-lo em qualquer quantidade comercial a leste da linha dos marcos de fronteiras.

Cerca de vinte um poços, perfurados dentro do território da Bolívia, próximos à linha de separação da área litigiosa, não produziam mais que 1.000 b/d e estavam tão espalhados que se tornava antieconômico reuni-los em uma única localidade. Por isto, diante de resultados tão insatisfatórios, as instruções, emitidas desde 1931, foram no sentido de cessar as perfurações, realizando-se a última em 1932. O problema do petróleo, como fator que, em 1932, contribuiu para desencadeamento das hostilidades, merecia, no entanto, atenção, pois o Presidente da Bolívia Daniel Salamanca não confiava nos dados da *Standard Oil*, supunha que mais petróleo havia do que ela informava, e considerava que no caso das jazidas existentes, quer no Chaco quer ao longo do meridiano 63, dentro do território da Bolívia propriamente dito, as estações terminais dos oleodutos situados deveriam ser à margem direita do rio Paraguai. O Presidente Ausebio Ayala, do Paraguai, em 1928, propusera liquidar a questão do Chaco por meio de concessão à Bolívia de um corredor de saída com um porto em Villa Hayes, sobre o rio Paraguai.

Desde que perderam os portos do Pacífico, a ideia fixa dos bolivianos era sair da angustiada situação, em que se achavam. Saída para o mar era a preocupação constante da Bolívia. Mas na época o diplomata brasileiro Orlando Leite Ribeiro, servindo em Buenos Aires, informou ao General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, que a Argentina via com muita tensão a saída da Bolívia pelo rio Paraguai, dado que intensificaria o mercado com petróleo, matando sua recente indústria de Comodoro Rivadavia.

No relatório do General Waldomiro Castilho de Lima, encaminhado ao Conselho Superior de Guerra, houve apoio, nas informações transmitidas por Orlando Leite Ribeiro ao General Góes Monteiro e concluiu-se também que a questão do petróleo existente no Chaco, cujos lençóis se encontravam na Cordilheira Charaguá, preocupava seriamente a Argentina, que aí

percebia uma concorrência comercial, capaz de destruir a produção de Comodoro Rivadavia.

Houve um objetivo que não foi levado a frente, que era a invasão dos Departamentos de *Santa Cruz de La Sierra* e *El Beni* para a criação de um Estado tampão, sob o pretexto de que eram guaranis os filhos dessas terras. Se isso tivesse acontecido, a vitória paraguaia enfraqueceria de vez o Estado boliviano, tão desgastado por tantas derrotas, e levaria ao aumento das tensões na fronteira com o Brasil.

Do ponto de vista militar, o Paraguai contaria com um aliado certo, em uma guerra em que se empenhasse, e o território desse aliado envolveria mais estreitamente nossas fronteiras Oeste e Noroeste, o que não seria a desprezar se entre os contendores estivesse a Argentina. O perigo se estenderia até a bacia do rio Amazonas, na qual se poderiam infiltrar, eventualmente, tropas dos Exércitos coligados do Rio da Prata.

O novo Estado beneficiaria o Paraguai e agradaria muito a Argentina, pois ela já dominava economicamente o Paraguai e estenderia esse domínio à nova República. Os interesses do Brasil seriam atingidos, por conta do projeto de prolongar o Noroeste brasileiro até Santa Cruz de La Sierra, facilitando nossa participação no sistema ferroviário do Pacífico, que durante muito tempo foi adiado por influência contrária da Argentina.

A ligação do Atlântico ao Pacífico se fosse concretizada representaria um papel estratégico de importância indiscutível. O Brasil poderia, com o peso de sua força, fazer pender, no momento decisivo, a balança dos acontecimentos para o bloco dos Andes (Chile, Peru e Bolívia) ou para a bacia do Rio da Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai). Se fosse coroada de êxito a ideia do Estado tampão, as divergências de ordem internacional seriam capazes de desencadear uma conflagração continental.

Outro fato com repercussão no Brasil foi que, após a desmobilização paraguaia, as

dificuldades de encontrar trabalho levaram parte da população a expatriar-se para as regiões fronteiriças do Brasil, no ocidente do Paraná e Santa Catarina, e ao Sul do Mato Grosso do Sul, onde ocupavam antes da guerra, as industriais ervateiras e pastoris. Os problemas internos da Bolívia, criados pela desmobilização, não eram menos graves e atingiram regiões vizinhas na fronteira (Mato Grosso). Muito dos ex-combatentes, por falta de ocupação, em virtude da mudança de mentalidade trazida pela guerra, incorporaram aos grupos de banditismo que costumavam saquear as fazendas brasileiras da região fronteira dos municípios de Vila Bela e São Luiz de Cáceres.

Ao final desse estudo fica demonstrada, que a preocupação histórica com assuntos pertinentes à própria soberania do território brasileiro onde é reforçada a discussão sobre a necessidade do aumento do efetivo, do aparelhamento da tropa, das instalações e ampliação de recursos de defesa para a região precavendo-se contra futuros conflitos, e articulações políticas contrárias aos nossos interesses regionais, ainda se mantém atualizada.

Pela natureza do teatro de operações, a concentração de forças tornava-se difícil e vagarosa, dependente, praticamente, da navegação dos rios da região e da aviação, meios caros a força terrestre. Disputas por territórios fronteiriços, quando não resolvidos pela diplomacia dos Estados envolvidos, podem originar novos conflitos armados, pois uma das causas que figuram no seio da humanidade, levando às sociedades em diferentes tempos e espaços a guerra, está às disputas por território e nos dias atuais por recursos naturais renováveis ou não renováveis.

No entanto, para além da possibilidade de novas guerras interestatais, a segurança de uma região também deve ser medida por outros riscos, como o interesse de potências extrarregionais, narcotráfico e contrabando – e nesse quesito a história não mudou, só acrescentou novos elementos como o narcotráfico.

Referências

- BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 41 (1): 162-197, 1998.
- DORATIOTO, F. “As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938)”. In Funag. *A visão do outro*. Seminário Argentino-Brasil. 1ª Ed. Brasília: FUNAG, 200.
- SILVEIRA, H. G. *Argentina X Brasil: a Questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: ED. PUCRS, 1997.
- EUZÉBIO, Emerson Flávio. *A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. In: Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, Vol. 23, nº 1, Jan/Jun, 2014.
- FREITAS, J. M. da Costa (2004). *A Escola Geopolítica Brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.
- TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.